



S. PEREIRA DO LAGO  
CORRETORES DE SEGUROS



S. PEREIRA DO LAGO  
CORRETORES DE SEGUROS






SÁ PEREIRA DO LAGO  
CORRETORES DE SEGUROS

## ÍNDICE

1. Envolvente macroeconómica	3
2. Mercado segurador	6
3. Atividade da empresa	7
4. Evolução dos negócios	8
5. Resultados e situação económica e financeira	8
6. Recursos Humanos	11
7. Evolução previsível da sociedade	11
8. Proposta de aplicação de resultados	11
9. Informação exigida por documentos legais	12
10. Principais riscos e incertezas	13
11. Notas finais	14

  
3  
6  
7  
8  
8  
11  
11  
11  
12  
13  
14



Excelentíssimos Senhores,

Em conformidade com o previsto no Contrato de Sociedade e com as disposições legais aplicáveis de acordo com o Código das Sociedades Comerciais,

submete-se à consideração de Vossas Excelências:

- Relatório de Gestão, relativo ao ano económico encerrado em 31 de dezembro de 2016.
- Proposta de aplicação do resultado líquido do período.

## 1. Envolvente macroeconómica<sup>i</sup>

Durante o ano de 2016, verificou-se uma muito ligeira diminuição do crescimento económico, tendo, em termos médios, a taxa de crescimento do PIB, a nível mundial, descido de 3,20% (em 2015) para 3,08%, havendo a perspetiva, segundo os dados do Fundo Monetário Internacional, de que em 2017 este atinja os 3,44%. Se analisarmos a taxa de crescimento do PIB pelas diversas zonas do globo, verificamos que os Países Asiáticos em Desenvolvimento continuam a ser a região que apresenta a maior taxa de crescimento a nível mundial (6,65% em 2015 e 6,50% em 2016).

Taxa crescimento do PIB	2016	2015
Mundo	3,08%	3,20%
Zona Euro	1,66%	2,04%
G7	1,39%	1,89%
Outras Economias Desenvolvidas	2,01%	1,98%
Economias em desenvolvimento	4,17%	4,02%
Estados Independentes da Commonwealth	-0,03%	-2,80%
Países Asiáticos em Desenvolvimento	6,50%	6,65%
Países Europeus em Desenvolvimento	3,28%	3,59%
Países Latino-Americanos e Caraíbas	-0,06%	-0,03%

<sup>i</sup> Fontes: Banco de Portugal e Fundo Monetário Internacional

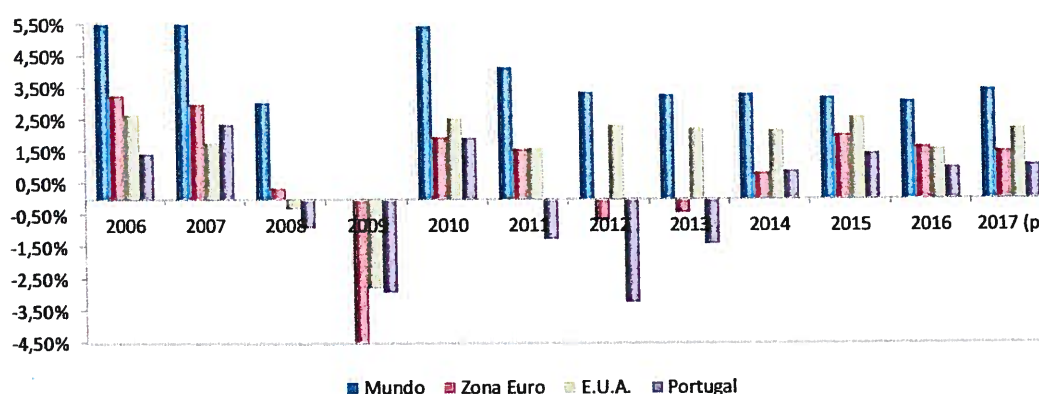
Médio Oriente e Norte de África	3,38%	2,34%
África Sub-Sariana	1,43%	3,35%

*[Handwritten signature and initials]*

No que concerne à Zona Euro, a taxa de crescimento do PIB, no ano de 2016, ficou abaixo das expetativas, com 1,66%, estimando-se para o ano de 2017 uma taxa de crescimento de 1,51%. Este abrandamento na recuperação económica está provavelmente relacionado com toda a indefinição gerada pelo *Brexit*.

As habitualmente designadas “economias chave”, Alemanha e França, apresentaram taxas de crescimento, em 2016, de 1,74% (contra 1,48% em 2015) e de 1,327% (contra 0,18% em 2015). Na Zona Euro, as economias do Luxemburgo e da Irlanda continuam a ser as que apresentam taxas de crescimento mais elevadas, com 3,502% e 4,94% respetivamente. Por outro lado, Portugal e Grécia continua a apresentar as taxas de crescimento mais baixas, de 1,01% e 0,06% respetivamente.

Taxa de Crescimento do PIB



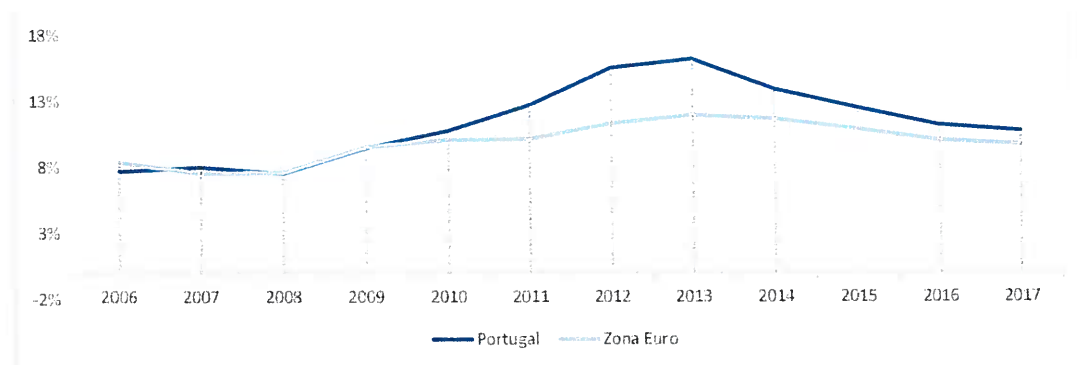
Fonte: Sítio Fundo Monetário Internacional

Em Portugal, o crescimento económico para o ano de 2016 ficou abaixo das expetativas, tendo-se registado um ligeiro abrandamento face ao ano anterior. A evolução da taxa de desemprego apresentou-se consistente as previsões efetuadas, tendo em 2016 voltado a diminuir (depois de atingir máximos históricos nos anos de 2011 a 2014), atingindo 10,70%. Contudo, e apesar

desta redução, Portugal continua a apresentar uma taxa de desemprego superior à média da Zona Euro. As previsões apontam para que em 2017 a taxa de desemprego mantenha a sua tendência de decréscimo e de aproximação da média da Zona Euro. No que concerne à inflação, a mesma continua a apresentar algum crescimento, afastando-se gradualmente do cenário de deflação ocorrido em 2014 e aproximando-se da média da zona Euro.

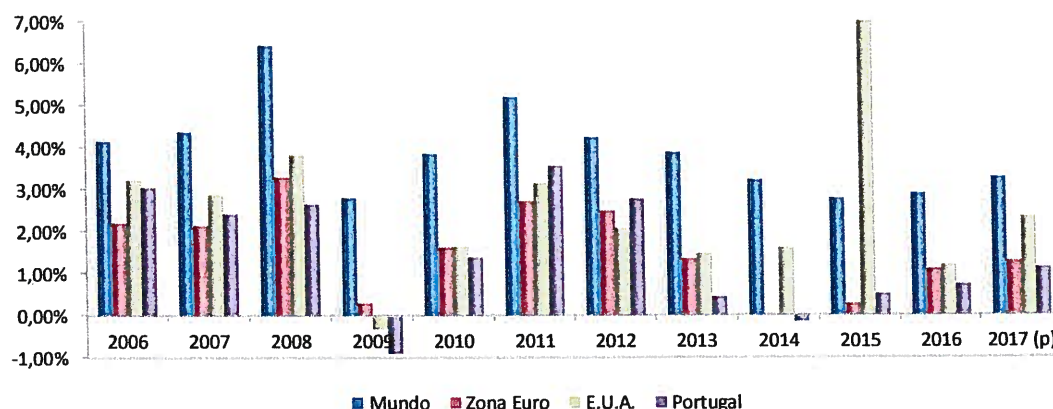
*Ass. P*  
*h*  
*TLD*

### Taxa de Desemprego



Fonte: Sítio Fundo Monetário Internacional

### Taxa de Inflação



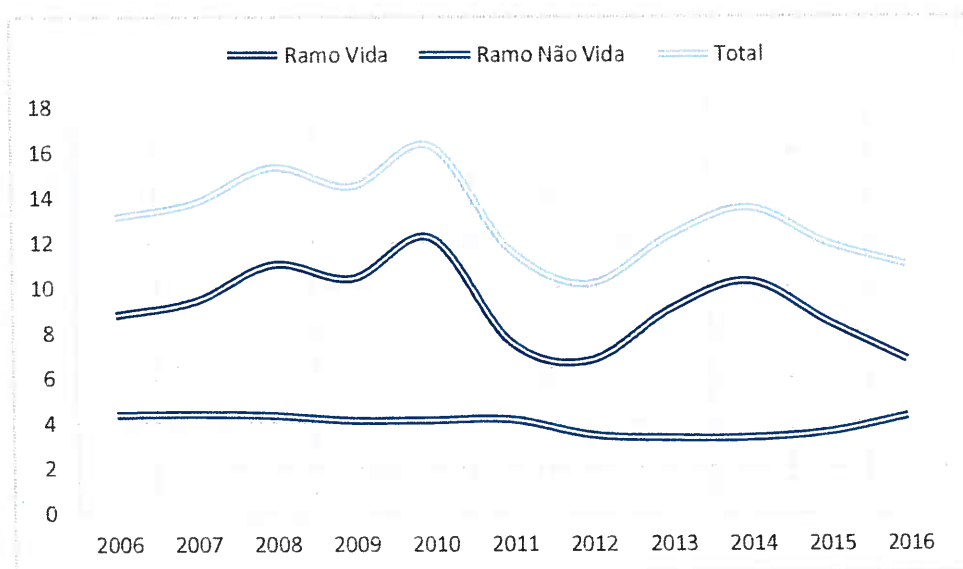
Fonte: Sítio Fundo Monetário Internacional

## 2. Mercado segurador

No ano de 2016, registou-se um volume de produção de seguro direto de cerca de 10,98 mil milhões de euros, o que se traduz numa variação negativa de, aproximadamente, 18% face ao ano anterior. Esta diminuição tem a sua explicação no Segmento Vida, por norma mais sujeito à volatilidade dos mercados financeiros, que apresentou uma forte quebra, tendo registado um volume de prémios de 6.7 mil milhões (que se traduziu num decréscimo de mais de 30% face ao ano anterior). Pelo contrário, o segmento Não Vida, historicamente mais estável, apresentou, em 2016, o maior volume desde 2008, com uma subida de cerca de 29,56% face ao ano anterior.

### Volume de Produção – Setor Segurador em Portugal

(unidade: mil milhões de euros)



Fonte: ISP





### 3. Atividade da empresa

A “Sá Pereira do Lago” apresentou, em 2016, um volume de negócios de 176.767,88 €, o que traduz um crescimento face ao ano anterior na ordem dos 6%. Este melhor desempenho resulta da estratégia de focalização no negócio empresarial, iniciada em exercícios anteriores, bem como na aposta em produtos de margem acrescida.

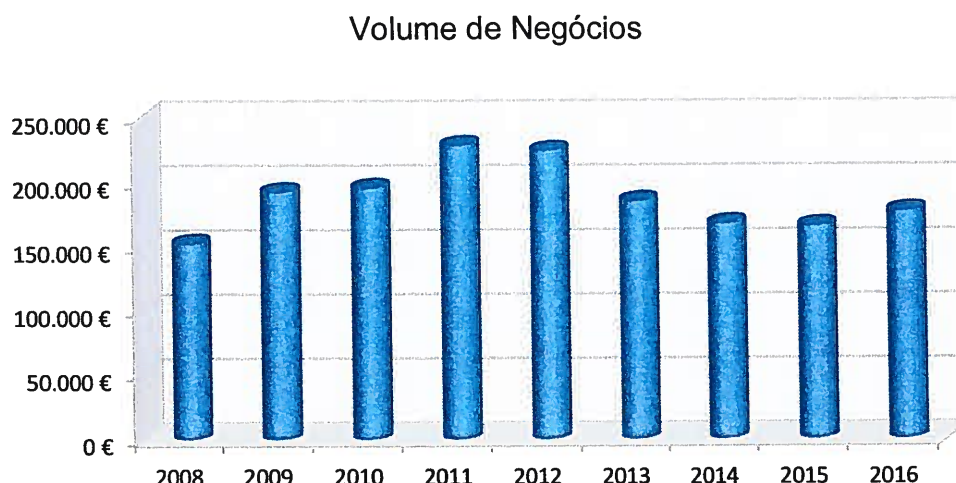
Em termos comerciais, desenvolveram-se durante o ano um conjunto de iniciativas em conjunto com as demais unidades do Grupo, procurando tirar partido da disponibilização de algumas soluções exclusivas bem como reforçar a sua quota de mercado no segmento empresarial, alvo de mercado identificado como preferencial por todo o Grupo.

Infelizmente a economia continua a registar uma grande estagnação, com evidentes reflexos no mercado segurador, com especial relevo na região geográfica onde a sociedade tem concentrada a sua atividade, obrigando a um grande esforço de angariação de novos clientes e de retenção dos atuais.

  
 ans  
  
 8  
 TLP

## 4. Evolução dos negócios

O ano de 2016 foi o primeiro, desde 2011, em que o volume de negócios da sociedade é superior ao do ano anterior, conforme se pode verificar no gráfico abaixo:



Importa ainda referir que, correspondendo aos esforços da gerência para dirigir a sua atividade para áreas de maior rentabilidade e complexidade técnica, a “Sá Pereira do Lago” conseguiu não só o já referido aumento no volume de negócios, mas também apresentar resultados líquidos superiores aos do ano anterior.

## 5. Resultados e situação económica e financeira

### 5.1. Resultados

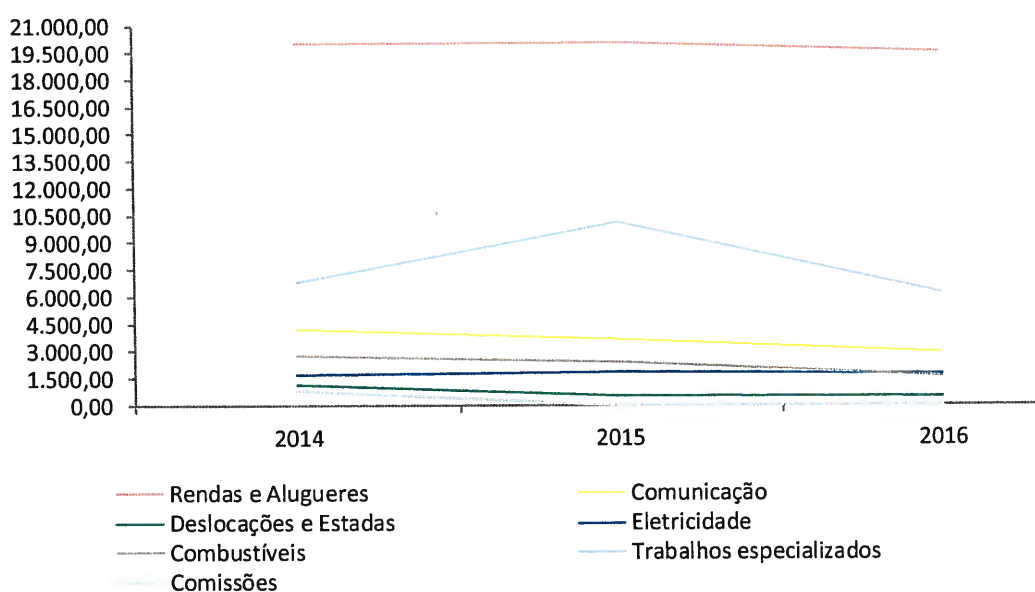
A sociedade apresentou, em 2016, um resultado líquido do período de 45.146,27 €, o que resulta num crescimento de 30.118,64 € quando comparado com o ano anterior e, mais relevante, representa um máximo histórico para a “Sá Pereira do Lago”. O resultado operacional foi positivo, no montante de 57.354,10 € (19.468,06 € em 2015), tal como o resultado antes de impostos. Esta situação resulta não só do aumento do volume de negócios, mas



principalmente dos ajustamentos quantitativos sofridos na estrutura de custos, nomeadamente ao nível de:




- gastos com o pessoal, com uma descida de cerca de 13% face ao ano anterior (de 97.171,44 € para 84.468,06 €), o que se explica, em grande parte, pelo facto de um funcionário ter estado de baixa prolongada;
- fornecimentos e serviços externos, com uma redução de 45.403,24 € para 37.259,57 €, e que se explica pelo facto de terem existido reduções significativas em todas as suas rubricas, conforme se pode verificar no gráfico abaixo:

Fornecimentos e Serviços Externos



Ainda relativamente aos “fornecimentos e serviços externos”, de salientar a acentuada descida (quase 40%) nos gastos com “trabalhos especializados”, que caíram de 10.135,87 € para 6.187,00 €.

Também com um contributo positivo para o resultado líquido do período, surge a rubrica de “outros rendimentos”, com um valor de 5.000 € (35,84 € no ano anterior) e que se explica pela mais valia realizada na alienação de uma viatura.

## 5.2. Situação económica e financeira

Pode constatar-se, pela melhoria nos indicadores, uma evolução positiva da sociedade, o que lhe permite melhores condições para fazer face aos compromissos de curto prazo, bem como de gerar meios líquidos de pagamento, continuando a assegurar níveis de rentabilidade positivos e a manter a sua posição de independência face a terceiros, com reforço da sua autonomia financeira.

Os quadros seguintes apresentam a evolução dos principais rácios económicos e financeiros da Sá Pereira do Lago:

Rácios Económicos	2016	2015
Rentabilidade dos Capitais Próprios	34,67%	17,66%
Rentabilidade do Capital Social	45,15%	15,03%
Res. Operacionais / Volume de Negócios	32,45%	11,78%
Cash-Flow / Volume de Negócios	25,87%	9,62%
Volume de Negócios / Número de colaboradores	58.922,63 €	55.100,26 €




Rácios Financeiros	2016	2015
Autonomia Financeira	54,89%	45,41%

## 5.3. Investimentos

Durante o ano de 2016, a Sá Pereira do Lago não realizou qualquer investimento em ativo fixo tangível, tendo ainda procedido à alienação de uma viatura. Não existiram quaisquer gastos em investigação e desenvolvimento.

## 6. Recursos Humanos

Os quadros de colaboradores da empresa, a 31 de dezembro de 2016, eram constituídos, tal como no final do ano anterior, por cinco gerentes e três colaboradores. A empresa conta ainda com a participação de outros colaboradores que não integram os quadros, cujo custo está refletido em "Fornecimentos e Serviços Externos", nomeadamente na rubrica de "Honorários".

## 7. Evolução previsível da sociedade

A gerência está confiante que, devido a um dinamismo acrescido da economia em paralelo com o dinamismo comercial da sociedade, o volume de negócios da empresa deverá continuar a registar em 2017 um crescimento sustentado.

Espera-se, deste modo, um ganho de quota de mercado e consequentemente um reforço da solidez financeira da sociedade e dos seus resultados.

Apesar disso, não é expectável que o resultado líquido do período aumente, uma vez que a diminuição dos gastos com pessoal em 2016, que impactaram muito positivamente o resultado, como dito acima, não foram consequência de uma alteração estrutural, pelo que a Gerência prevê que esta rubrica de gastos sofra um forte aumento em 2017.

## 8. Proposta de aplicação de resultados

Em resultado da indispensabilidade de continuar a dotar a empresa com capitais próprios, a gerência da Sá Pereira do Lago propõe que o Resultado Líquido do Período, no montante de 45.146,27 € (quarenta e cinco mil, cento e quarenta e seis euros e vinte e sete cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados: 29.929,12 € (vinte e nove mil, novecentos e vinte e nove euros e doze cêntimos);
- Reservas Legais: 760,86 € (setecentos e sessenta euros e oitenta e seis

cêntimos);

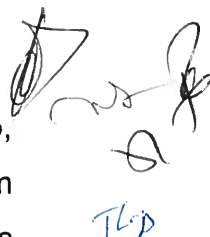
- Gratificações aos colaboradores (já pressupostos no resultado líquido do período): 2.500 € (dois mil e quinhentos euros);
- Reservas Livres: 14.456,29 € (catorze mil, quatrocentos e cinquenta e seis euros e vinte e nove cêntimos).

*[Handwritten signatures and initials]*

## 9. Informação exigida por documentos legais

Tendo em consideração o disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que:

- Entre a data de referência dos documentos de prestação de contas e a data da sua apresentação para apreciação não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício;
- Não houve aquisição ou alienação de quotas próprias durante o exercício. Refira-se, a propósito, que a sociedade não detém quotas próprias;
- A sociedade não é devedora de qualquer importância relativa a impostos ou contribuições para a Segurança Social;
- A sociedade não realizou despesas associadas a atividades de investigação e desenvolvimento;
- Não foram realizados negócios entre a sociedade e a Gerência;
- Não existem sucursais da sociedade;
- Não ocorreram, desde o termo do exercício até à presente data, quaisquer factos relevantes, que ponham em causa e evolução previsível da sociedade.



## 10. Principais riscos e incertezas

A exposição por parte da Sá Pereira do Lago aos riscos de preço, de crédito, de liquidez e de fluxos de caixa, subordinados aos objetivos e políticas em matéria de gestão dos riscos financeiros, está estruturada nas necessidades próprias do negócio.

De referir que os riscos da sociedade relacionados com endividamento, e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, são bastante reduzidos, uma vez que o financiamento externo no final do período, no montante de 73.000,00 € ser, na sua totalidade, relativo a suprimentos por parte da empresa mãe, não existindo qualquer dívida a instituições financeiras. Este fator permite uma forte consolidação da sua estrutura financeira e, ao mesmo tempo, anular o peso dos juros pagos. De facto, o equilíbrio financeiro continua a constituir-se como uma das referências do desenvolvimento da Sá Pereira do Lago e suporte de presciência da Gerência, ao não prever, no futuro, a descontinuidade da sua atividade.

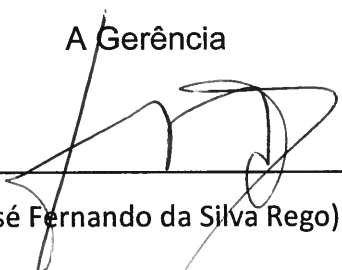
## 11. Notas finais

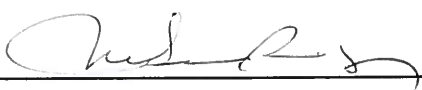
Ao concluir, reputamos de maior justiça expressar uma nota de reconhecimento:


- aos colaboradores, pelo seu empenho e sentido profissional, contribuindo, de uma forma inequívoca, para o desempenho global;
- aos segurados e às seguradoras, pelas excelentes relações estabelecidas.

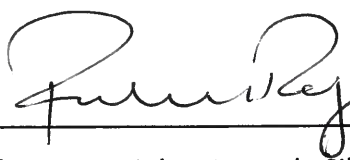
Coimbra, 12 de abril de 2017


A Gerência

  
\_\_\_\_\_  
(José Fernando da Silva Rego)

  
\_\_\_\_\_  
(Maria Irene Dias de Pinho Neves da Silva  
Rego)

  
\_\_\_\_\_  
(Maria Teresa de Sá Pereira do Lago Azevedo)

  
\_\_\_\_\_  
(Pedro Nuno Pinho Neves da Silva Rego)

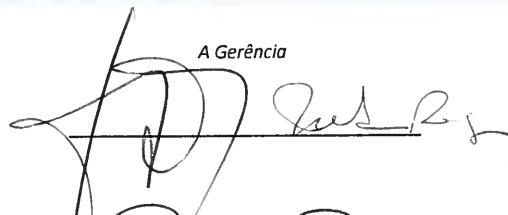

  
\_\_\_\_\_  
(Sara Maria de Pinho Neves da Silva Rego)



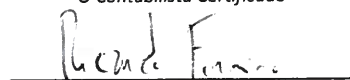
**Sá Pereira do Lago, Lda.****Balanzo em 31 de dezembro de 2016**

		Unidade Monetária:	Euro
	Notas	31.12.2016	31.12.2015
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7		578,31
Créditos a receber - acionistas/sócios	6	150.000,00	150.000,00
Subtotal		150.000,00	150.578,31
<b>Ativo corrente</b>			
Outros créditos a receber	13	26.590,73	8.265,60
Diferimentos	17	3.379,26	3.124,29
Caixa e depósitos bancários	4	57.276,64	25.355,06
Subtotal		87.246,63	36.744,95
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>237.246,63</b>	<b>187.323,26</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	14	100.000,00	100.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	14	15.000,00	15.000,00
Resultados transitados	14	(29.929,12)	(44.956,75)
Subtotal		85.070,88	70.043,25
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>45.146,27</b>	<b>15.027,63</b>
<b>Total do capital próprio</b>		<b>130.217,15</b>	<b>85.070,88</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	15	4.910,86	4.955,58
Subtotal		4.910,86	4.955,58
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	516,54	136,19
Estado e outros entes públicos	13	11.011,72	6.594,19
Financiamentos obtidos	6	73.000,00	75.500,00
Outras dívidas a pagar	13	17.590,36	15.066,42
Subtotal		102.118,62	97.296,80
<b>Total do passivo</b>		<b>107.029,48</b>	<b>102.252,38</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>237.246,63</b>	<b>187.323,26</b>

A Gerência

  
  
Manuel António Sá Pereira

O Contabilista Certificado



## Sá Pereira do Lago, Lda.

### Demonstração dos resultados por naturezas Período findo em 31 de dezembro de 2016

Unidade Monetária: Euro

	Notas	31.12.2016	31.12.2015
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	+ 10	176.767,88	165.300,78
Fornecimentos e serviços externos	- 17	(37.259,57)	(45.403,24)
Gastos com o pessoal	- 15	(84.468,06)	(97.171,44)
Outros rendimentos	+ 13	5.000,00	35,84
Outros gastos	- 13	(2.107,84)	(2.426,82)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	=	57.932,41	20.335,12
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 7	(578,31)	(867,06)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=	57.354,10	19.468,06
<b>Resultado antes de impostos</b>	=	57.354,10	19.468,06
Imposto sobre rendimento do período	-/+ 12	(12.207,83)	(4.440,43)
<b>Resultado líquido do período</b>	=	45.146,27	15.027,63

A Gerência

O Contabilista Certificado

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*

**Sã Perela do Lago, Lda.**

**Demonstração das alterações no capital próprio no período**

Unidade Monetária: Euro									
Capacidade de absorção de recursos financeiros da entidade									
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital próprio	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de avaliação	Reserva de revalorização	Reserva de amortização	Reserva de depreciação	Total
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015</b>	<b>1</b>	100.000,00							100.000,00
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Primeira aplicação de novo referencial contabilístico									
Alterações de avaliação de capital próprio									
Utilização de reservas de avaliação									
Reversão de resultados de revalorização									
Exercício de revalorização									
Amortização por impugnação de títulos									
Outras alterações e correções no capital próprio									
<b>2</b>									
<b>3</b>									
<b>4+5</b>									
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>									
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>									
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>									
Subscrições de capital									
Subscrições de prémios de emissão									
Distribuições									
Entradas para substituição de perdas									
Aquisição de resultados do período									
Outras operações									
<b>5</b>									
<b>6+7+8+9</b>									
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015</b>									
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016</b>									
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Primeira aplicação de novo referencial contabilístico									
Alterações de avaliação de capital próprio									
Utilização de reservas de avaliação									
Reversão de resultados de revalorização									
Exercício de revalorização									
Aquisição de resultados de revalorização									
Outras alterações e correções no capital próprio									
<b>7</b>									
<b>8</b>									
<b>9+10</b>									
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>									
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>									
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>									
Subscrições de capital									
Subscrições de prémios de emissão									
Distribuições									
Entradas para substituição de perdas									
Aquisição de resultados do período									
Outras operações									
<b>10</b>									
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016</b>									

O Contabilista Certificado

*Luís de Lima*

A Gerência

*Luís de Lima*

*San Daniel*

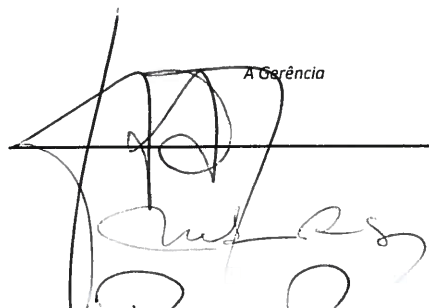
*San Daniel*

## Sá Pereira do Lago, Lda.

### Demonstração de fluxos de caixa

		Unidade Monetária:	Euro
Rubricas	Notas	Períodos	
		2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		158.457,85	167.973,55
Pagamentos a fornecedores		-35.675,25	-52.640,18
Pagamentos ao pessoal		-81.605,44	-97.471,38
Caixa gerada pelas operações		41.177,16	17.861,99
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-6.153,43	-1.351,28
Outros recebimentos/pagamentos		-5.602,15	-2.426,82
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		29.421,58	14.083,89
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		5.000,00	
Ativos Intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)		5.000,00	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-2.500,00	-9.500,00
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		-2.500,00	-9.500,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		31.921,58	4.583,89
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		25.355,06	20.771,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período		57.276,64	25.355,06

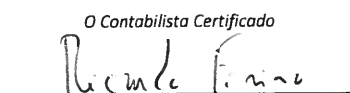
A Gerência



Samuel Augusto

Manoel Augusto

O Contabilista Certificado



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

### 1. Identificação

A Sá Pereira do Lago, Lda. é uma sociedade por quotas, com sede na Avenida Fernão de Magalhães, 136, 2º Q em Coimbra, constituída em 1979 e que tem como atividade principal a mediação de seguros (a esta atividade corresponde o CAE 66220).

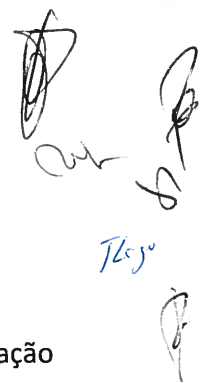
(valores expressos em euros)

Evolução da atividade	2016			2015
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Volume de negócios	176.767,88	11.467,10	6,94%	165.300,78
Total de balanço	237.246,63	49.923,37	26,65%	187.323,26
Número de funcionários a 31/12	6			6
Resultado operacional	57.354,10	37.886,04	194,61%	19.468,06

(valores expressos em euros)

Resultado das operações	2016		2015
	Quantias	Variação face ao período anterior	Quantias
Volume de negócios	176.767,88	6,94%	165.300,78
Outros rendimentos e gastos operacionais	(118.835,47)	(18,03)%	(144.965,66)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	57.932,41	184,89%	20.335,12
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(578,31)	(33,30)%	(867,06)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	57.354,10	194,61%	19.468,06
Resultados financeiros			
Resultado antes de imposto (RAI)	57.354,10	194,61%	19.468,06
Imposto sobre rendimento do período	(12.207,83)	174,92%	(4.440,43)
Resultado líquido do período	45.146,27	200,42%	15.027,63

## 2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras



### 2.1 – Indicação do referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho de 2009, com as alterações impostas pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho de 2015.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 8254/2015 (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 220/2015 (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 218/2015 (Código de contas);
- Aviso n.º 8256/2015 (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso n.º 8258/2015 (Normas interpretativas 1 e 2);

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada:

- as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

É ainda aplicada a Norma Regulamentar n.º 15/2009-R, de 30 de Dezembro, sobre o “Relato Financeiro dos Mediadores de Seguros ou de Resseguros”, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal.

**2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

Neste período não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.



**2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.**

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

**3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

**3.1 – Principais políticas contabilísticas:**

**a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

**I. Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

- Equipamento básico: 3 anos;

- Equipamento de transporte: 4 anos;
- Outros ativos fixos tangíveis: 10 anos.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a respetiva depreciação, de forma prospetiva, para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registados como gasto do período em que são incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos também são registados como gasto.

Os investimentos em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão nas condições necessárias para operar pretendidas pelo órgão de gestão (disponíveis para uso).

Os investimentos em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão nas condições necessárias para operar pretendidas pelo órgão de gestão (disponíveis para uso).

As mais ou menos valias resultantes de eventuais alienações ou abates do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o valor de realização e o valor líquido contabilístico, na data de alienação ou abate, sendo registadas, na demonstração dos resultados, nas rubricas de “Outros rendimentos e ganhos” ou de “Outros gastos e perdas”.

## II. Locações

Os contratos de locação são classificados:

- como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação;
- como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

### III. Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício, de acordo com o princípio do acréscimo.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo, portanto, parte do custo do ativo.

### IV. Instrumentos financeiros

#### i) Clientes

Os créditos sobre clientes estão mensurados pelo seu valor nominal. Com efeito, a totalidade das vendas é realizada em condições normais de crédito e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Não existem situações de créditos que apresentem um prazo superior ao das condições normais de venda (em que, portanto, a dívida devesse estar mensurada ao custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo).

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes, de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não sejam recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.

ii) Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes são registados no passivo pelo seu valor nominal. Não existem situações em que a eventual aplicação do método do custo amortizado conduzisse a diferenças de mensuração materialmente relevantes.

iii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito de uma eventual expressão pelo valor atual é considerado imaterial.

V. Ativos e passivos expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos eventualmente expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional (o euro), utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas, como rendimentos ou gastos (operacionais ou financeiros), na demonstração dos resultados do período.

VI. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir, uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas

demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

## VII. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade, de acordo com as regras fiscais em vigor.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período, é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades competentes durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. A Gerência da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

#### VIII. Rédito

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo valor nominal do montante recebido ou a receber (considera-se que o valor nominal não difere materialmente do justo valor).

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos ou gastos são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

#### IX. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a definição das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e das propriedades de investimento;
- análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber;
- a quantificação de provisões.

As estimativas foram determinadas considerando a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em



períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

#### X. Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e, os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

#### XI. Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

### **3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes**

Não foram adotadas outras políticas contabilísticas relevantes.

### **3.3 – Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as NCRF exigiu que o Órgão de Gestão formulasse julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados foram baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formaram a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um outro tratamento tivesse sido escolhido. A Gerência considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

### 3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo Órgão de Gestão da Empresa situações que coloquem em causa a sua continuidade. Deste modo, as Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

### 3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir daquelas estimativas.

## 4. Fluxos de Caixa

Os saldos de meios financeiros líquidos estão integralmente disponíveis para utilização e são compostos como se apresenta em seguida:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período		2016				2015			
		Saldo inicial	Movimentos a débito	Movimentos a crédito	Saldo final	Saldo inicial	Movimentos a débito	Movimentos a crédito	Saldo final
Caixa	Numerário	538,75	2.369,41	2.408,16	500,00	500,00	5.252,81	5.214,06	538,75
	...								
	Su tota l s	538,75	2.369,41	2.408,16	500,00	500,00	5.252,81	5.214,06	538,75
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	24.816,31	181.687,38	149.727,05	56.776,64	20.271,17	222.958,79	218.413,65	24.816,31
	Outros depósitos bancários								
	...								
	Su tota l s	24.816,31	181.687,38	149.727,05	56.776,64	20.271,17	222.958,79	218.413,65	24.816,31
Totais		25.355,06	184.056,79	152.135,21	57.276,64	20.771,17	228.211,60	223.627,71	25.355,06

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Neste período:

- não ocorreu a aplicação inicial de qualquer NCRF;
- não foi efetuada nenhuma alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros;
- não houve alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos;
- não se detetaram erros materiais relativos a períodos anteriores.

## 6. Partes relacionadas

### a. Relacionamentos com a empresa-mãe:

A “Sá Pereira do Lago, Lda.” é detida em 75% do seu capital social, no montante de 75.000 €, pela sociedade “Houstongest, SGPS, SA”.

Existe um crédito da “Sá Pereira do Lago, Lda.” sobre a empresa mãe no valor de 150.000,00 € (mesmo montante em 2015), bem como uma dívida à empresa mãe no montante de 73.000 € (75.500,00 € em 2015).

### b. Transações entre as partes relacionadas:

A “Sá Pereira do Lago, Lda.” é uma sociedade de mediação de seguros que opera exclusivamente com a corretora de seguros “F. Rego – Corretores de Seguros, SA” (empresa em que a “Houstongest, SGPS, SA” também detém a maioria do capital social), pelo que a totalidade das suas prestações de serviços é faturada a esta sociedade.

No quadro abaixo, podem verificar-se as operações com entidades relacionadas (valores sem IVA):

Ano de 2016 (valores expressos em euros)

Entidade		Prestação de Serviços	Outros Proveitos	Compras e aquisição de serviços	Outros gastos e perdas
Nif	Nome	2016	2016	2016	2016
500887713	F. Rego - Corretores de Seguros, SA	158.457,85 €			
505271478	Houstoungest SGPS, SA				
507671104	Regolding - Patrimonial, SA				18.000,00 €

Ano de 2015 (valores expressos em euros)

Entidade		Prestação de Serviços	Outros Proveitos	Compras e aquisição de serviços	Outros gastos e perdas
Nif	Nome	2015	2015	2015	2015
500887713	F. Rego - Corretores de Seguros, SA	168.201,38 €			
505271478	Houstoungest SGPS, SA			530,26 €	
507671104	Regolding - Patrimonial, SA				18.000,00 €

### c. Remuneração do pessoal chave de gestão

As remunerações da gerência ascenderam a 26.147,47 €, incluindo os encargos com a Segurança Social.

## 7. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações foram calculadas, após a data em que os bens ficaram disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis foram determinadas de acordo com as expectativas quanto à capacidade de gerar benefícios económicos futuros.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações,

as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, são apresentadas no quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
início de 2015	Quantias brutas escrituradas			3 810,03	6 835,89	9 402,44	60 268,63		80 316,99
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(2 361,66)	(6 835,89)	(9 402,44)	(60 268,63)		(78 871,62)
	Quantias líquidas escrituradas			1 448,37					1 448,37
Adições									
Revalorizações									
Transferências									
Reclassificações para Ativos não correntes detidos para venda									
Alienações, sinistros e abates									
Outras alterações									
Depreciações (alterações)									
Depreciações				(867,06)					(867,06)
Perdas por imparidade									
final de 2015	Quantias brutas escrituradas			3 810,03	6 835,89	9 402,44	60 268,63		80 316,99
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(1 211,72)	(6 835,89)	(9 402,44)	(60 268,63)		(79 738,68)
	Quantias líquidas escrituradas			578,31					578,31
Adições									
Revalorizações									
Transferências									
Reclassificações para Ativos não correntes detidos para venda									
Alienações, sinistros e abates					(6 835,89)				(6 835,89)
Outras alterações									
Depreciações (alterações)					6 835,89				6 835,89
Depreciações				(578,31)					(578,31)
Perdas por imparidade									
final de 2016	Quantias brutas escrituradas			3 810,03		9 402,44	60 268,63		73 481,10
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(3 810,03)		(9 402,44)	(60 268,63)		(73 481,10)
	Quantias líquidas escrituradas								

## 8. Locações

### a. Locação operacional - Locatário

A empresa é locatária, em regime de locação operacional, de três bens imóveis pertencentes à sociedade “Regolding Patrimonial, SA” pela utilização dos quais suportou as rendas anuais abaixo referidas:

- Lugar de garagem na Rua de Camões, n.º75, piso 5 D/E, em Coimbra: 1.200,00 €;
- Sala na Avenida Fernão de Magalhães, 136 – P, em Coimbra: 6.600,00 €;
- Sala na Avenida Fernão de Magalhães, 136 – Q, em Coimbra: 10.200,00 €.

A sociedade é ainda locatária de um equipamento Xerox, relativamente à qual existe um contrato com a entidade “Creditex”, e de uma viatura, para a qual existe um contrato com a “SGALD”. Os futuros pagamentos relativos a esta locação operacional decompõem-se como

se segue:

(valores expressos em euros)

Rendas vincendas Locação Operacional - Creditex		
Prazo	31-12-2016	31-12-2015
Até um ano	1.032,48	983,28
entre um e cinco anos	1.909,16	2.949,84
mais de cinco anos		

(valores expressos em euros)

Rendas vincendas Locação Operacional - SGALD		
Prazo	31-12-2016	31-12-2015
Até um ano	3.975,00	
entre um e cinco anos	11.262,50	
mais de cinco anos		

## 9. Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período, de acordo com o princípio do acréscimo.

Estes custos são registados em gastos pelo seu valor nominal. Não existem situações em que a eventual aplicação do método do custo amortizado conduzisse a diferenças de montante materialmente relevantes.

## 10. Rédito

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo valor nominal do montante recebido ou a receber (considera-se que o valor nominal não difere materialmente do justo valor).

As restantes receitas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos ou gastos são registadas na rubrica de “diferimentos” ou de “outras contas a pagar ou a receber”.



As quantias de cada categoria significativa de rédito são as seguintes:

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2016		2015	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Venda de bens				
Prestação de serviços	176.767,88	100,00%	165.300,78	100,00%
Juros				
Royalties				
Dividendos				
Totais	176.767,88	100,00%	165.300,78	100,00%

A totalidade do rédito foi obtido no mercado nacional.

## 11. Acontecimentos após a data do balanço

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela gerência e autorizadas para emissão a 12 de Abril de 2017, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelos sócios, nos termos da legislação em vigor em Portugal.

Não se verificaram acontecimentos após a data do balanço que requeiram ajustamento aos saldos apresentados ou divulgação.

## 12. Impostos sobre o rendimento

O montante de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), acrescido da Derrama Municipal estimado para o período é de 12.207,83 €, do qual 474,94 € respeita a tributações autónomas.

(valores expressos em euros)

Imposto sobre o Rendimento	2016
1. Resultado Contabilístico do Período (antes de impostos)	57.354,10 €
2. Imposto Corrente	12.207,83 €
3. Imposto Diferido	0,00 €
4. Imposto sobre o rendimento do período	12.207,83 €
5. Taxa efetiva de imposto	21,29%

### 13. Instrumentos financeiros

#### a. Ativos e Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar apresentavam a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Ativos Financeiros	2016			2015		
	mensurados ao custo	Perdas por Imparidade	Total	mensurados ao custo	Perdas por Imparidade	Total
Cientes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros créditos a receber	26.590,73 €	0,00 €	26.590,73 €	8.265,60 €	0,00 €	8.265,60 €

Passivos Financeiros	2016			2015		
	mensurados ao custo	Perdas por Imparidade	Total	mensurados ao custo	Perdas por Imparidade	Total
Fornecedores	516,54 €	0,00 €	516,54 €	136,19 €	0,00 €	136,19 €
Outras dividas a pagar	17.590,36 €	0,00 €	17.590,36 €	15.066,42 €	0,00 €	15.066,42 €

#### b. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Saldos a Favor do Estado	2016			2015
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
IRC - a pagar	9.270,83 €	6.054,40	188,23%	3.216,43 €
Retenção de impostos sobre rendimentos	461,00 €	765,00	(62,40%)	1.226,00 €
Imposto do selo	0,00 €	0,00		0,00 €
Contribuições para a Segurança Social	1.279,89 €	871,87	(40,52%)	2.151,76 €
TOTAL	11.011,72 €	4.417,53	66,99%	6.594,19 €

### c. Outros Rendimentos e Gastos

Outros Rendimentos e Ganhos	2016			2015
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Outros	0,00 €	(35,84)	(100,00%)	35,84 €
Rend. e ganhos em investimentos não financeiros	5.000,00 €	5.000,00		0,00 €
TOTAL	5.000,00 €	4.964,16	13850,89%	35,84 €

(valores expressos em euros)

Outros Gastos e Perdas	2016			2015
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Impostos	607,84 €	0,00		607,84 €
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00 €	(318,98)	(100,00%)	318,98 €
Quotizações	1.500,00 €	0,00		1.500,00 €
TOTAL	2.107,84 €	(318,98)	(13,14%)	2.426,82 €

## 14. Capital

### a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital da sociedade, no montante de 100.000,00 €, encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

### b. Resultados transitados

Os resultados transitados, negativos, no montante de 29.929,12 € são consequência dos prejuízos acumulados pela sociedade.

### c. Outros instrumentos de capital próprio

A 31 de dezembro de 2016 esta rubrica perfazia o montante de 15.000,00 €, não tendo sofrido qualquer alteração ao longo do ano.

## 15. Benefícios dos empregados

A empresa ter responsabilidades por complemento de reforma que, a 31 de dezembro de 2016, ascendem a 4.910,86 € (4.955,58 € em 2015). Os benefícios dos empregados encontram-se refletidos em gastos com pessoal e incluem benefícios pós-emprego, referentes ao período corrente. Os gastos reconhecidos detalham-se como segue:

(valores expressos em euros)

Benefícios dos Empregados	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Gastos com o pessoal	84.468,06 €	100%	97.171,44 €	100%
Remunerações dos órgãos sociais	21.613,11 €	26%	35.872,00 €	37%
Remunerações do pessoal	45.867,38 €	54%	40.283,38 €	41%
Benefícios pós-emprego	439,48 €	1%	829,93 €	1%
Indemnizações			1.073,91 €	1%
Encargos sobre remunerações	14.503,88 €	17%	17.678,81 €	18%
Seg. Acid. Trab. e Doenças Prof.	376,10 €	0%	238,51 €	0%
Gastos de acção social				
Outros gastos com o pessoal	1.668,11 €	2%	1.194,90 €	1%

Na rubrica de “outros gastos com o pessoal” estão incluídos 647,73 € relativos a formação.

## 16. Divulgações exigidas por diplomas legais

### a. Dívidas em mora para com o Estado ou Outros Entes Públicos

Não existem quaisquer dívidas em mora para com o Estado ou outros Entes Públicos.

### b. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas atribuídos ao exercício económico de 2016 foram de 1.476,00 € (valor com IVA). Estes montantes são única e exclusivamente relacionados com a revisão legal de contas anuais.

## 17. Outras informações

### a. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos	2016			2015
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Trabalhos especializados	6.187,00 €	(3.948,87)	(38,96%)	10.135,87 €
Publicidade e propaganda	0,00 €	(451,42)	(100,00%)	451,42 €
Vigilância e segurança	372,84 €	(18,30)	(4,68%)	391,14 €
Honorários	681,81 €	681,81		0,00 €
Conservação e reparação	403,10 €	(871,06)	(68,36%)	1.274,16 €
Serviços bancários	117,69 €	6,29	5,65%	111,40 €
Outros	840,55 €	(6,56)	(0,77%)	847,11 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00 €	(311,56)	(100,00%)	311,56 €
Material de escritório	1.099,56 €	170,78	18,39%	928,78 €
Outros	10,19 €	(219,32)	(95,56%)	229,51 €
Eletricidade	1.698,58 €	(144,91)	(7,86%)	1.843,49 €
Combustíveis	1.562,60 €	(863,26)	(35,59%)	2.425,86 €
Água	191,55 €	(123,85)	(39,27%)	315,40 €
Deslocações e estadas	455,70 €	(111,70)	(19,69%)	567,40 €
Rendas e alugueres	19.529,33 €	(536,03)	(2,67%)	20.065,36 €
Comunicação	2.876,04 €	(805,28)	(21,87%)	3.681,32 €
Seguros	949,51 €	(564,67)	(37,29%)	1.514,18 €
Contencioso e notariado	80,00 €	0,00		80,00 €
Despesas de representação	100,00 €	67,25	205,34%	32,75 €
Limpeza, higiene e conforto	103,52 €	(93,01)	(47,33%)	196,53 €
TOTAL	37.259,57 €	(8.143,67)	(17,94%)	45.403,24 €

### b. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Diferimentos (ativo)	2016			2015
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Rendas	1.500,00 €	0,00		1.500,00 €
Seguros	610,69 €	128,34	26,61%	482,35 €
Outros Gastos a reconhecer	1.268,57 €	126,63	11,09%	1.141,94 €
TOTAL	3.379,26 €	254,97	8,16%	3.124,29 €

### c. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

À data do Balanço, não existiram quaisquer ativos ou passivos contingentes

## 18. Fatores de Risco Financeiro

A atividade da Empresa está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco é conduzida pela Gerência que identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros.

## 19. Relato Financeiro dos Mediadores de Seguros ou de Resseguros

### a) Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações:

O rédito é reconhecido de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra, no exercício da atividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento aquando da prestação de contas pela entidade com a qual a empresa trabalha em exclusividade, e que resulta da prestação de contas por aquela às empresas de seguros, ou aquando da prestação de contas das empresas de seguros à mesma (consoante aplicável).

### b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza:

As remunerações recebidas em 2015 ascenderam a 176767,88 € e dizem respeito, exclusivamente, a comissões.

Todas as comissões foram recebidas em numerário, cheque, ou transferência bancária.

### c) Total remunerações relativas a seguros desagregados por ramos "Vida", "Fundos de Pensões" e "Não Vida" e por origem:

(valores expressos em euros)

Por entidade (origem)	Remunerações					
	Ramo Vida		Ramo Não Vida		Fundo de Pensões	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Empresas de Seguros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Mediadores	13.158,89 €	10.977,29 €	152.141,89 €	165.790,59 €	0,00 €	0,00 €
Clientes (outros)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	13.158,89 €	10.977,29 €	152.141,89 €	165.790,59 €	0,00 €	0,00 €



d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira:

(valores expressos em percentagem)

Por entidade (origem)	Remunerações (%)					
	Ramo Vida		Ramo Não Vida		Fundo de Pensões	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Empresas de Seguros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros Mediadores	7,96%	6,21%	92,04%	93,79%	0,00%	0,00%
Cientes (outros)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	7,96%	6,21%	92,04%	93,79%	0,00%	0,00%

e) Valores das contas de “clientes”:

As contas bancárias que contêm os fundos que são propriedade de terceiros (normalmente designadas por “contas clientes”) apresentavam os seguintes saldos iniciais e finais e foram objeto dos seguintes movimentos:

(valores expressos em euros)

Bancos - conta “clientes”	Valores das contas “clientes”	
	2015	2016
Saldo no final do período	0,00 €	0,00 €
Saldo no início do período	850,06 €	0,00 €
Volume movimentado no exercício		
A débito	54.721,98 €	15.436,97 €
A crédito	55.572,04 €	15.436,97 €

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2016 não existiam créditos da sociedade sobre os seus clientes (registos na conta “21 – Clientes c/c”).

É de salientar que o contínuo decréscimo do volume movimentado no período resulta de, a partir de 2014, a empresa ter passado a assumir o estatuto de corretor exclusivo da sociedade “F. Rego – Corretores de Seguros, SA”, pelo que grande parte dos prémios passaram a ser pagos diretamente àquela entidade.

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem:

No final de 2016, a sociedade não devia qualquer montante a outros mediadores, nem existiam contas a receber relacionadas com prémios ou comissões de seguros.

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar:

No final de 2016, a sociedade não devia qualquer montante a outros mediadores, nem existiam contas a receber relacionadas com prémios ou comissões de seguros.

h) Idade das contas a receber vencida à data de relato:

Não existe saldo nas “contas a receber” relacionadas com a atividade de corretagem.

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito:

Não aplicável

j) Transmissões de carteiras de seguros:

A empresa não efetuou nem recebeu transmissões de carteiras de seguros, neste exercício.

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela:

Não ocorreu a cessação de contratos com empresas de seguros, nem foram pagas ou recebidas indemnizações de clientela.

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes:

Não aplicável.

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações:

*(valores expressos em euros)*

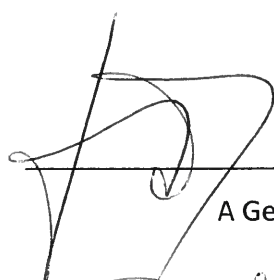
Companhias	2016				2015		
	Quantias -Ramo Vida	Quantias - Ramo Não Vida	Variação face período anterior	Nível de Concentração	Quantias -Ramo Vida	Quantias - Ramo Não Vida	Nível de Concentração
Outros	10.977,29 €	165.790,59 €	6,94%	100,00%	13.158,89 €	152.141,89 €	100,00%
TOTAL	10.977,29 €	165.790,59 €	6,94%	100,00%	13.158,89 €	152.141,89 €	100,00%

A partir de 2014, a “Sá Pereira do Lago” passou a assumir o estatuto de corretor exclusivo da sociedade “F. Rego – Corretores de Seguros, SA”, pelo que todas as remunerações pagas ao

corretor resultaram daquela entidade.

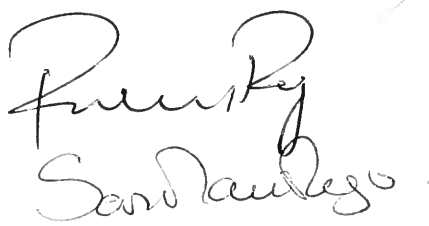
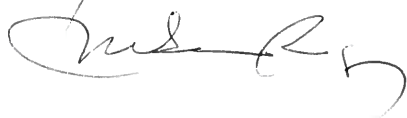
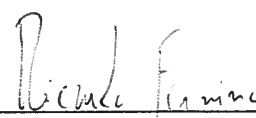
n) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros paga pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome:

Não aplicável



---

A Gerência

  
Sara da Silva  
Ass. Técnica Pessoal G. A.

---

O Contabilista Certificado



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SÁ PEREIRA DO LAGO, LDA**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 237.247 euros e um total de capital próprio de 130.217 euros, incluindo um resultado líquido de 45.146 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SÁ PEREIRA DO LAGO, LDA** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:



- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

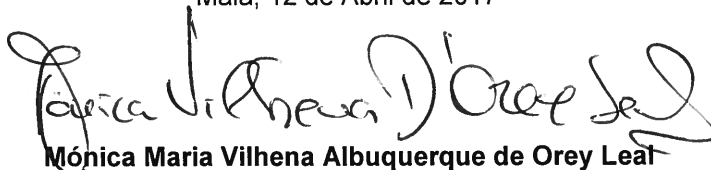
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Maia, 12 de Abril de 2017



**Mónica Maria Vilhena Albuquerque de Orey Leal**

(ROC 1188; CMVM 20160799)



## **TERMOS DO COMPROMISSO**

### **DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS EXERCICIO 2016**

Entre a Sociedade **SÁ PEREIRA DO LAGO, LDA** com sede na Avenida Fernão de Magalhães, 136, 2º Q, freguesia de Sé Nova, concelho de Coimbra, titular do NIPC 500 899 703, representada pelo **Dr. Pedro Nuno de Pinho Neves da Silva Rego**, na qualidade de Gerente, adiante designado por Primeiro Outorgante

e

**Mónica Maria Vilhena Albuquerque de Orey Leal, ROC**, revisora oficial de contas inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sob o nº. 1188, com sede na Rua Manuel Ferreira da Silva nº 195, 4475-007 Maia, com o NIF 204 063 442, adiante designada por Segundo Outorgante,

São acordados os seguintes termos do compromisso para revisão legal das contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

1- O Segundo Outorgante obriga-se a prestar ao Primeiro Outorgante os serviços Revisão Legal de Contas, em regime de completa independência funcional e hierárquica relativamente ao Primeiro Outorgante, com observância das disposições de Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC) e de outras leis e regulamentos aplicáveis.

2- A revisão legal de contas será executada pelo Segundo Outorgante nos termos da lei e regulamentos aplicáveis, em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de





Contas. As responsabilidades do Segundo Outorgante nos termos destas normas estão descritas no ponto 5.

3- O presente acordo reporta-se ao período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

4- É responsabilidade do órgão de gestão do Primeiro Outorgante:

- a) Preparar e aprovar demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade, e a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados, de acordo com as normas contabilísticas de relato financeiro do sistema de normalização contabilístico.
- b) Conceber, implementar e monitorizar um sistema de controlo interno que seja necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devido a erro ou a fraude;
- c) Permitir ao Segundo Outorgante acesso a toda a informação produzida ou de que tem conhecimento, incluído registos, documentos, ficheiros e outra informação (Manual ou eletrónica), e a todas as pessoas da entidade das quais considera útil e necessário obter prova de auditoria;
- d) Divulgar qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a posição financeira ou o desempenho da atividade;
- e) Avaliar a capacidade da entidade em se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações;
- f) Prestar declarações escritas acerca de informações e esclarecimentos que prestou relativamente à revisão legal das contas, devendo ser pelo menos emitida uma declaração no final do trabalho, nos termos da Norma Internacional da Auditoria (ISA) 580 – Declarações Escritas.



5- É responsabilidade do Revisor Oficial de Contas:

- a) Realizar a revisão legal de contas, nos termos da lei e regulamentos aplicáveis, em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo a forma de relato, a fim de obter um nível de segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras individuais estão isentas de distorção material, designadamente procedendo ao exame, numa base de amostragem, constantes dessas demonstrações financeiras, à apreciação dos princípios contabilísticos e das estimativas contabilísticas significativas feitas pelo órgão de gestão, à avaliação da apresentação global da informação financeira, à verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade e à verificação se o relatório de gestão é preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e se a informação constante no mesmo é coerente com as demonstrações financeiras examinadas;
- b) Expressar uma opinião profissional e independente baseada no exame das demonstrações financeiras a que se refere a alínea anterior, através de Certificação Legal das Contas elaborada nos termos do Artigo 45.º do EOROC.

6- Os serviços objeto do presente acordo serão executados ao longo do tempo devendo as partes acordar em tempo oportuno o calendário mais apropriado para uma eficiente e eficaz condução dos trabalhos e a apresentação de conclusões.

7-Para execução das funções que constituem objeto do presente acordo a Primeiro Outorgante facultará ao Segundo Outorgante instalações adequadas e todos os meios necessários às tarefas inerentes ao desempenho das respetivas funções.

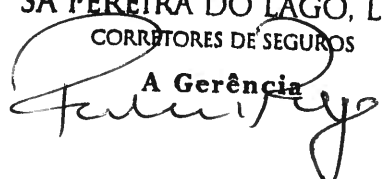
8- Para remunerar os serviços objeto do presente acordo, o Primeiro Outorgante pagará ao segundo Outorgante honorários anuais no valor de Euros 1.200 acrescido de IVA à taxa em vigor, a qual constitui avença anual, podendo, contudo, ser paga fracionadamente.

9- Para além dos honorários, o Primeiro Outorgante reembolsará o Segundo Outorgante das despesas de transporte, alojamento e quaisquer outras suportadas no exercício das suas funções com deslocações para além da sede social da primeira outorgante.

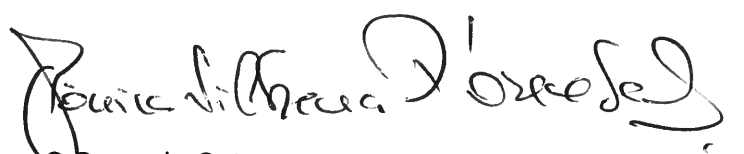
10- O Segundo Outorgante tem o dever de segredo profissional conforme definido no artº. 84º. Do EOROC. Esse dever de segredo não abrange, entre outros aspetos aí definidos, as comunicações e informações à CMVM no exercício das suas funções de supervisão de auditoria, nomeadamente decorrentes do regime Jurídico de supervisão de auditoria e do Regulamento (UE) nº 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril.

11- O Segundo Outorgante garante, nos termos do que estabelece a Artigo 87º do EOROC, a sua responsabilidade civil profissional decorrente do exercício das funções objeto do presente acordo, mediante contrato de seguro titulado pela Apólice nº PI-01377916H4 emitida em cosseguro pela Companhia de Seguros Arch Insurance Company (Europe), Ltd., e pela Companhia de Seguros Liberty Mutual Insurance Limited.

Maia, 9 de janeiro de 2017

**SÁ PEREIRA DO LAGO, LDA**  
CORRETORES DE SEGUROS  
A Gerência  


O Primeiro Outorgante,

  
O Segundo Outorgante,